



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



**PARECER.**

LICITAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.  
AUSÊNCIA DE PARTICIPANTES. DUAS  
TENTATIVAS DE REALIZAÇÃO DO CERTAME.  
PROCEDIMENTO DESERTO.

- Possibilidade de contratar sem licitação, quando não há  
interesse das empresas e particulares em realizar o serviço.

**1. CONSULTA**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de União, do Estado do Piauí, consultou essa Assessoria Jurídica, sobre como deve contratar empresa para a Prestação dos Serviços de Borracharia para os Veículos da Prefeitura e suas Secretarias do Município de União-PI.

Considerando que o Município promoveu ao Pregão Presencial (PP N.º 034/18), tendo sido publicada duas vezes e sendo ambas frustradas, ante a ausência de participantes.

É o caso.

**2. FUNDAMENTAÇÃO.**

Prevendo a hipótese de não haver interessados na Licitação, a Lei 8.666/93, em seu art. 24, V, prevê a dispensa, *verbis*:

*“Art. 24. É dispensável a licitação”:*

*(...)*

*V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à administração, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas.”*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**



Assim sendo, resta demonstrado que a dispensa da licitação justifica-se quando o Município realiza processo licitatório sem êxito, ante a ausência de interessados.

*In casu*, repita-se, o **Município promoveu a realização de duas publicações, ou seja, dois chamamentos para os interessados a participar da licitação com a finalidade de Contratação de empresa especializada para o monitoramento individual externa de Radiação Ionizante, Gama e Raios X do Hospital José da Rocha Furtado do Município de União-PI**, porém ambas foram frustradas por falta de interessados.

Dessa forma, resta evidenciado a possibilidade de o Município proceder com a contratação, fazendo uso da dispensa da Licitação, na forma do art. 24, V da Lei n.º 8.666/93.

Frisa-se, no entanto, que a necessidade de observar, quando da contratação com dispensa, o valor do serviço que está sendo praticado no mercado, bem como, as condições constantes no edital da licitação frustrada.

Segue abaixo, o entendimento do Tribunal de Contas da União, em caso análogo, *verbis*:

*Ementa: Licitação Fracassada – itens sem interessados.  
TCU decidiu: “... uma vez cumpridas todas as formalidades legais pertinentes que garantam a ampla participação dos licitantes na alienação de materiais e equipamentos, divididos por itens ou unidades autônomas, na modalidade concorrência, se ainda assim, não acudirem interessados para todas as parcelas ofertadas, é cabível a aplicação do disposto no art. 24, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, para venda dos itens e unidades remanescentes, mantidos todos os critérios de habilitação, preço mínimo e demais condições fixadas no edital que deu início ao certame, limitada a dispensa de nova licitação ao prazo máximo de sessenta meses.” Fonte TCU. 016.731/95-6. Decisão n.º 655/1995 – Plenário.*

Outrossim, convém mencionar, que a dispensa da licitação, não implica dizer, que o Município poderá contratar pessoas jurídicas sem fazer qualquer exigência, mesmo porque a Constituição Federal Brasileira, em seu art. 195, §3º veda a contratação de pessoas jurídicas que tenham débito com o sistema de Seguridade Social.

### **3. RESPOSTA**

Ante o exposto, essa Assessoria Jurídica entende que a licitação para a Contratação de empresa especializada para o monitoramento individual externa de Radiação Ionizante, Gama



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

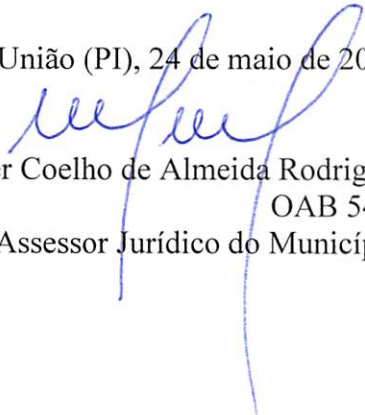


e Raios X do Hospital José da Rocha Furtado do Município de União-PI, deve ser dispensada, com base no art. 24, V da Lei de Licitações.

Nesse mesmo sentido, a Assessoria Jurídica entende que o Excelentíssimo Prefeito Municipal deve realizar a contratação de modo direto com empresas ou pessoa física que tenham interesse em prestar o serviço em tela à Prefeitura Municipal, desde que observem os preços praticados no mercado.

É o parecer.

União (PI), 24 de maio de 2018.

  
Walber Coelho de Almeida Rodrigues  
OAB 5457  
Assessor Jurídico do Município.